

A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO REGULATÓRIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Kaila Maria Sousa da Silva (Universidade Federal do Maranhão/UFMA)

E-mail: kaila.silva@discente.ufma.br

Amanda Marinho Boguea (Universidade Federal do Maranhão/UFMA)

E-mail: am.marinho@outlook.com

Introdução

No Brasil, a gestão democrática escolar é um debate novo e que tem ganhado espaço nas discussões, documentos e políticas. Fruto de lutas sociais por direitos, entre eles o da participação nas instâncias decisórias, consagrada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96) reafirmada no Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE), bem como na meta 19 do PNE (2014-2024), a gestão democrática tem buscado nos últimos anos se estabelecer nas mais variadas instâncias nacionais como meta obrigatória.

Com as novas reformas em curso, “a regulação tem sido objeto de grandes discussões nos meios políticos, mais especificamente governamentais, envolvendo os poderes constituídos, os empresários e as organizações de usuários de serviços regulados, bem como outros setores da sociedade”. (OLIVEIRA, 2005, p. 755). Dentro deste propósito, para se compreender a política educacional em sua forma mais ampla, é preciso entender alguns dos elos que se estabelecem entre a política, a economia e a sociedade que perpassa também pela gestão. Assim, a discussão aportará sobre a noção de regulação e sua aplicação em diferentes contextos, levando em consideração a avaliação em larga escala, enquanto uma estratégia de regulação da educação, que se legitima nas políticas educacionais no Brasil.

As propostas avaliativas que vêm se realizando no país, particularmente, partir da década de 1990, que são direcionadas aos diversos níveis de ensino, é a de atribuição de mérito com fins classificatórios. O que define, as finalidades a que vem servindo a avaliação, o uso dos resultados, produzido pelas classificações, promove e incentiva a hierarquização das instituições e dessa forma um controle sobre as instituições, excluindo assim a autonomia que as escolas e a gestão poderiam ter, pois as avaliações são periódicas e as escolas giram em torno da preparação de seus alunos para este evento que as vezes acontecem em curtos períodos.

Desenvolvimento

O avanço das políticas educacionais alinhadas ao ideário neoliberal, principalmente após a década de 1990, com a diminuição do papel do Estado nas políticas sociais, o ajuste fiscal, a economia regulada pelo mercado, a gestão para resultados, os desafios a partir dos avanços tecnológicos refletem diretamente no campo educacional. Os mecanismos de controle, aliados ao discurso da democracia, da garantia de direitos, da diminuição das desigualdades, anulam direitos, como aquele que garante a participação da população nas tomadas de decisões sobre o bem público. Segundo Afonso (2001) por um lado, as políticas sociais e educacionais podem ser interpretadas como instrumentos de controle social e como formas de legitimação da ação do Estado e dos interesses das classes dominantes, por outro lado, também não deixam de poder ser vistas como estratégias de concretização e expansão de direitos sociais, econômicos e culturais.

A avaliação é um importante instrumento de recolhimento de dados e informações, quando falamos de educação esta apresenta-se em meio a diversas problemáticas, mas que tem por objetivo diagnosticar a qualidade da educação, a partir do recolhimento de dados necessários para essa leitura. As avaliações externas das escolas se tornam, nessa perspectiva, um instrumento da gestão para a implementação de políticas educacionais, implicando não só na conscientização dos envolvidos acerca dos resultados, mas também a forma como a gestão conduz as tomadas de decisões antes, durante e no final do processo avaliativo. Ela constitui-se em um instrumento de regulação, uma vez que o seu valor pedagógico não é levado como prioridade. Isto é, a avaliação é determinada pelos objetivos educacionais a serem alcançados, o cumprimento dos objetivos é controlado através de instrumentos avaliativos, fortalecendo a competitividade entre os estabelecimentos de ensino, estimulando a concorrência e hierarquização.

A relação que é criada entre a gestão e avaliação para a busca da qualidade na educação, é crucial na leitura deste processo, uma vez que, a gestão educacional toma muitas vezes, um conjunto de decisões que nem sempre é suficiente para que essa mudança ocorra com base nos resultados apresentados nas avaliações. A forma que o gestor conduz as decisões tomadas para o sistema de ensino e por requerer que se dirija o olhar não apenas da Secretaria de Educação para as escolas, com foco de cima e à distância, de perspectivas panorâmicas, exige, antes, um reconhecimento da escola como unidade de gestão, construída socialmente, num espaço e tempo concretos, por atores concretos que os

produzem e os reproduzem. Dessa maneira, o gestor se responsabiliza por receber as orientações das secretarias e passar para os professores, que assumem a responsabilidade de modificar e aplicar em sala as ações pensadas no espaço macro.

Após divulgações das avaliações externas, os gestores são induzidos a tomarem iniciativas que possam ajudar a reverter os resultados apresentados nas avaliações, resultados esses que normalmente são baixos. Os professores, como principais responsáveis pelo processo de aprendizagem dos alunos, são pressionados e algumas vezes “punidos” ou gratificados pelo desempenho de suas turmas.

A busca dessa compreensão pauta-se nos estudos, entre outros os de Freitas (2002, p. 89) que apontam as avaliações externas das escolas “devem ser entendidas como de utilidade definida e para a obtenção de elementos para definição de políticas e jamais para a utilização como decisão que afete as próprias categorias intrinsecamente ligadas aos processos educativos. Isso implica afirmar que as avaliações não podem afetar de maneira direta as escolas descaracterizando-as como instituições sociais e diversificadas.

As avaliações interferem no ambiente escolar, não com o intuito de melhorar a “qualidade” da educação, mas controlando as ações pedagógicas realizadas nesse local. Não obtendo o resultado mensurável desejado, o professor e o gestor são penalizados e respondem pelo fracasso escolar. A gestão escolar democrática, quando inserida nesse aspecto, fica ameaçada pois os seus princípios são desrespeitados e a escola e seus integrantes perdem a sua autonomia.

Considerações finais

Entendemos que a avaliação é um processo aberto a polissemia, mas não deve ser dispersiva. Já a regulação exercida pelo Estado demonstra estar ligada a dimensões políticas, sociais e econômicas. Os modos de regulação da educação vêm sendo condicionados por um movimento homogeneizante em nível internacional, o que desconsidera as características e necessidades locais. É necessário destacar a importância das reformas educacionais no Brasil até os dias atuais, pois foram com estas mudanças que o Brasil começou a pensar em um sistema de avaliação que pudesse responder as necessidades do país, mesmo não tendo algo consolidado e eficaz atualmente, mas houve uma evolução neste âmbito.

Sem a presença de resultados que possam ser medidos não se consegue estabelecer uma base de responsabilização, daí a necessidade de avaliação do desempenho e da criação de indicadores de desempenho. É notório que os valores de domínio público como igualdade, solidariedade, justiça e cidadania, estão ameaçados diante dos valores do mercado e outras lógicas do setor privado, viabilizadas por uma política presente em certas modalidades de avaliação, como estratégia de controle de despesas públicas e mudança de cultura do setor público, centrada na eficiência e na produtividade, sob controle direto do Estado (AFONSO, 2005).

A gestão democrática enquanto meta e princípio na educação, sofre reais ameaças com os conflitos que há em volta das avaliações e regulação do Estado, e pontuamos aqui a necessidade de pensarmos em políticas mais eficazes para preencher as lacunas e confusões que esses testes estandardizados têm deixado nos sistemas de ensino, pois só a partir disso poderemos estabelecer de fato um sentido real para qualidade da educação.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 75, agosto/2001.

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa.

Contrapontos - volume 7 - n. 1 - p. 11-22 - Itajaí, jan/abr 2005.

FREITAS, L. C. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 299-325, set. 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000015> »
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000015>

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 753-776, out. 2005.